

## ▶ DUM

## O presidente e o coronel



## CAMINHADA PELA ÁGUA

| TIOFLÁVIO\*

Diante de um quadro de consumo desenfreado e de racionamento de água, a Hidrologia Ideias Sustentáveis, com sede em Betim (MG), fez uma parceria com o Instituto Rondon Minas e com a Sua Árvore Consultoria para realizar, no próximo dia 25 a Caminhada pela Água. A ação tem pretende conscientizar os participantes sobre a importância do uso da água e da sua reutilização.

O evento também tem o propósito de celebrar o Dia Mundial da Luta Contra a Desertificação e a Seca (comemorado em 17 de junho). Os participantes percorrerão 3 km de trilhas de mata fechada na região de Nova Lima, na Grande BH, acompanhados por guias profissionais. Além de conhecerem um pouco da fauna e da flora da região, terão uma aula sobre como evitar o desperdício de água e de como reutilizá-la de

uma forma simples e econômica.

A Caminhada pela Água é aberta a pessoas de todas as idades e a participação será feita mediante inscrição online no valor de R\$12. O valor arrecadado será revertido para a compra de galões de água mineral que serão distribuídos para moradores de cidades do Vale do Jequitinhonha, pelo Instituto Rondon Minas.

A realização do evento marcará, também, a inauguração de um centro de discussões sustentáveis para os moradores e ambientalistas de Nova Lima, de Belo Horizonte e Grande BH. O local conta com um amplo auditório onde serão realizados futuros eventos sustentáveis como workshops, palestras e oficinas. Na ocasião, será inaugurado ainda o showroom da Hidrologia.

A engenheira ambiental e diretora da Hidrologia, Isabella Cantarelli, diz que para evitar que a situação do país

se torne mais preocupante em um futuro próximo, é necessário que pequenas mudanças comecem a ser feitas a partir de agora. "Plantar sementes do bem para conseguir uma transformação", esta é a expectativa do diretor da Sua Árvore Consultoria, o professor Fábio Pessoa, para a Caminhada pela Água.

Já para a presidente do Instituto Rondon Minas, a professora Mônica Abranches, "a temática ambiental é parte de nossa vocação no Projeto Rondon e todas as ações socioeducativas para o fortalecimento de políticas e iniciativas nessa área são de nosso interesse e dos nossos jovens universitários, todos voluntários", enfatizou.

Para inscrições e informações, acesse: [https://www.sympla.com.br/caminhada-pela-agua\\_146417](https://www.sympla.com.br/caminhada-pela-agua_146417)

(\* Palestrante, professor, autor de livros e idealizador do TioFlávio Cultural

## RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS

| ANDRÉMUSSYDESOUZAALMEIDA\*

A partir da Lei 12.546/2011, foi criada, para alguns setores da economia, a Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB ou simplesmente "contribuição substitutiva"). Em razão de tal norma, a contribuição previdenciária patronal de 20%, que até então incidia sobre a folha de salários, passou a ter como base de cálculo a receita bruta auferida pela pessoa jurídica. Assim, o fisco passou a exigir que sejam aplicadas sobre a receita bruta da pessoa jurídica as alíquotas previstas em lei (variam entre 1% e 4,5%), em substituição à referida incidência de 20% sobre a folha de pagamentos.

Portanto, para aqueles setores da economia albergados pela legislação em análise, a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal pas-

sou a ser a mesma utilizada para o recolhimento das contribuições ao PIS e COFINS, qual seja, a receita bruta. Ocorre que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu, de forma definitiva, que o ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o argumento de que o ICMS é uma receita dos estados, que apenas transita pelo caixa da empresa, não se considerando receita desta. Logo, se o ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, da mesma forma e pelos mesmos motivos entende-se que também deve ser retirado da base de cálculo da CPRB.

Exatamente por isso, os ministros Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso, do STF, autorizaram a exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB em processos recentemente julgados. Destaca-se que o Poder Judiciário de-

verá adotar esta mesma linha de raciocínio ao apreciar ações em que se busca a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS, da COFINS e da CPRB, uma vez que se trata, o ISS, de receita não pertencente aos contribuintes, mas, sim, aos municípios.

Tem-se, portanto, que o fundamento que permite a exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS aplica-se integralmente à tese que visa excluir o ICMS e o ISS da base de cálculo da CPRB. Logo, é recomendável que cada contribuinte ajuíze sua medida judicial, visando resguardar o direito de não pagar a CPRB inflada pela inserção, em sua base de cálculo, do ICMS e/ou do ISS, além de recuperar os valores pagos a esse título nos últimos cinco anos, corrigidos pela SELIC.

(\* Sócio do escritório Carvalho Machado & Mussy Advogados



Promotores reclamam sentirem-se constrangidos e receosos em trabalhar no Patrimônio Público

AMÁLIA GOULART

AMALIAGOULART@HOJEEMDIA.COM.BR

## PROMOTORIA QUE INVESTIGA POLÍTICOS SOFRE NOVO REVÉS

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público é uma unidade do Ministério Público Estadual responsável por investigar políticos, evitar o dano ao erário e condutas criminosas que lesem os cofres públicos. Com a disseminação de operações policiais pelo combate à corrupção pelo país, unidades semelhantes de outros estados ganharam notoriedade.

Mas, em Minas Gerais o caso é bem diferente. Há alguns meses aconteceu com o promotor Eduardo Nepomuceno, responsável por investigar figuras como o senador Zezé Perrella, ex-dirigentes do Cruzeiro e o presidente da Fecomércio, e agora Lázaro Gonzaga foi afastado do Patrimônio Público por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público. Ele foi acusado de atrasar inquéritos, fazer investigações sem justa causa e divulgar informações e sentenças para a imprensa.

A novidade é que o promotor designado para substituir Nepomuceno, Mário Konichi Higuchi, pediu para deixar a função. Higuchi foi transferido da Promotoria de Direitos Humanos. No posto deixado por ele, assumiu Marcelo Mattar, da Criminal. Na Criminal, foi alocado Nepomuceno. Higuchi pediu remoção por permuta com Mattar. Ou seja, quer voltar aos Direitos Humanos. No final da tarde da última quarta-feira tentei contato com o promotor no telefone do Patrimônio Público, sem sucesso, para saber o motivo pelo qual ele não quer ficar na Promotoria. A remoção dele depende de aval do Conselho Superior do MP.

Nos bastidores, outros promotores reclamam sentirem-se constrangidos e receosos em trabalhar no Patrimônio Público, tendo em vista que o próprio Conselho removeu Eduardo Nepomuceno. Ficou entre os promotores o sentimento de retaliação contra os atos do promotor.

Na semana passada, o jornal Folha de São Paulo publicou uma inspeção feita pela Corregedoria Nacional do MP que aponta falhas e favorecimento no Ministério Público de Minas. O órgão negou os fatos à reportagem da Folha.

## PRESSÃO

A Assembleia Legislativa quer pressionar o governo federal a recuar na decisão de leiloar usinas hidrelétricas da Cemig. No leilão, marcado para setembro, estão três das principais usinas da Companhia. O caso foi parar na Justiça.

## BASTIDORES

Aumenta a tensão no PSDB. Tucanos temem a prisão do senador Aécio Neves em julgamento marcado para a próxima terça-feira no Supremo Tribunal Federal. O placar deve ter diferença de um voto apenas.

## É BASE?

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado federal mineiro Rodrigo Pacheco, tomou duas decisões que não agradaram colegas da base: colocou em pauta a PEC das Diretas e arquivou pedido para constranger o ministro Edson Fachin, relator da "Lava Jato".

A expectativa agora é pela escolha do nome do relator da denúncia que o procurador-geral Rodrigo Janot enviará ao Supremo, denunciando o presidente Michel Temer (PMDB). Caberá ao presidente da CCI a escolha do nome. A base quer Alceu Moreira, mas não deve ser ele.

Editora de Primeiro Plano escreve de segunda a sexta neste espaço.